



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0205161-2**

**165**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 213.2009.008016-4**

**COMARCA** : Caruaru - 2ª Vara Criminal

**IMPETRANTE** : Tiago Carvalho de Oliveira

**PACIENTE** : George Soares de Oliveira

**PROCURADOR(A)** : José Correia de Araújo

**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 33, DA LEI 11.343/06. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PELO JUIZ PROCESSANTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SUCINTA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GRANDE QUANTIDADE APREENDIDA DA DROGA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA.

**I** – Não se mostra carente de fundamentação o decreto preventivo que, muito embora sucinto, demonstre a necessidade da segregação do paciente, em consonância com o art. 312, do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante, haja vista a grande quantidade apreendida da substância entorpecente.

**II** – Eventuais condições subjetivas favoráveis dos pacientes não induzem, necessariamente, a concessão de liberdade provisória, quando presente nos autos qualquer dos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar (art. 312, CPP).

**III** – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0205161-2** no qual figuram como partes as



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**



156

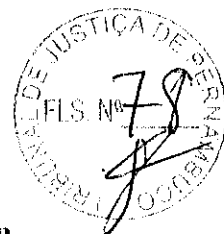
retrônomadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem pleiteada**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente / Relatora**



157



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0205161-2**  
**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 213.2009.008016-4**  
**COMARCA** : Caruaru – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Tiago Carvalho de Oliveira  
**PACIENTE** : George Soares de Oliveira  
**PROCURADOR(A)** : José Correia de Araújo  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

## **RELATÓRIO**

O Bel. **Tiago Carvalho de Oliveira** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **George Soares de Oliveira**, alegando que o paciente, portador de condições pessoais favoráveis, faz jus à concessão de liberdade provisória, ante a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, indeferida pela autoridade coatora nos autos da ação penal nº 213.2009.008016-4, a que responde o acusado perante o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, acusado da prática do delito previsto no art. 33<sup>1</sup>, da Lei 11.343/2006.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 28/53.

Em decisão interlocutória de fls. 60/61, indeferi o pedido liminar, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 63/64, acompanhadas dos documentos de fls. 65/68.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofereceu parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 71/72).

<sup>1</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



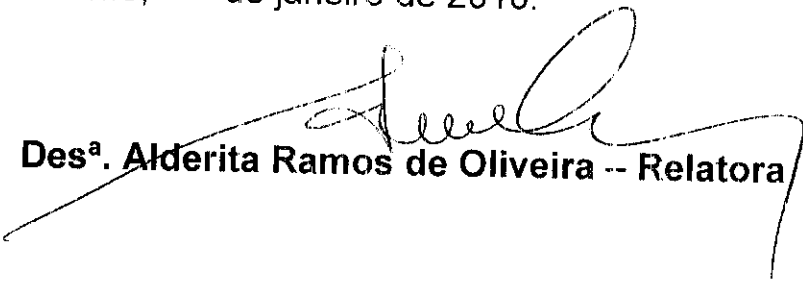
168



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

É o relatório.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira -- Relatora**



169



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**HABEAS CORPUS Nº: 0205161-2**  
**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº: 213.2009.008016-4**  
**COMARCA** : Caruaru – 2ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Tiago Carvalho de Oliveira  
**PACIENTE** : George Soares de Oliveira  
**PROCURADOR(A)** : José Correia de Araújo  
**RELATORA** : Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira

## **VOTO**

---

Narra a inicial que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 10 de outubro de 2009, na posse de 03 kg (três quilos) de "CRACK".

Busca, a impetração, a concessão da liberdade provisória do paciente, ao argumento de que a decisão que indeferiu a benesse em comento encontra-se carente de fundamentação, ante a ausência dos requisitos da prisão preventiva e pelo fato de o acusado ser portador de condições pessoais favoráveis, consubstanciadas na primariedade, bons antecedentes, endereço fixo e encontrar-se trabalhando.

A autoridade indicada coatora, ao apreciar o pedido de liberdade provisória formulado em favor do paciente, indeferiu a pretensão nos seguintes termos (fls. 30/32):

*"(...) O fundamento da custódia cautelar que aqui surge é a manutenção da ordem pública, pois, no caso, o réu estava transportando uma grande quantidade da substância entorpecente conhecida por 'crack', mais precisamente 3 Kg (três quilos), o que demonstra a priori que destinava-se à mercancia e não para o consumo próprio.*

*Em agindo assim, a ordem pública restou ameaçada com a atividade de traficância, principalmente pela expressiva quantidade de substância entorpecente apreendida com o acusado, o que, sem dúvida, torna-se evidente a gravidade*



170



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*do delito e o perigo que o autuado representa para a sociedade, o que justifica a manutenção de sua prisão processual para a garantia da ordem pública. (...)"*

Vê-se, pois, que a decisão de manutenção do encarceramento acoimado, muito embora sucinta, mostra-se devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista a grande quantidade apreendida da substância entorpecente (3 kg de crack), encontrando-se a decisão guerreada em harmonia com a jurisprudência de nossos Tribunais.

Nesse mesmo sentido são os recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. APREENSÃO DE GRANDE QUANTIDADE DE ENTORPECENTE. REITERAÇÃO NA PRÁTICA DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.**

1. Por força do princípio constitucional da presunção de inocência, as prisões de natureza cautelar – assim entendidas as que antecedem o trânsito em julgado da decisão condenatória – são medidas de índole excepcional, que somente podem ser decretadas (ou mantidas) caso venham acompanhadas de efetiva fundamentação.

**2. No caso presente, a decisão que indeferiu liberdade provisória está lastreada na alusão à garantia da ordem pública, calcada no montante de entorpecente apreendido (farta quantidade de ecstasy e cocaína). Assim, a gravidade concreta dos fatos afasta o apontado constrangimento ilegal, por evidenciar a periculosidade social dos envolvidos.**

3. De se ver, ainda, que a reiteração na prática delitiva poucos meses depois de condenação por fato análogo também autoriza a manutenção da prisão.



171



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira  
Terceira Câmara Criminal

4. *Ordem denegada.*"

(HC 128.209/GO, Relator Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, julgado em 03/11/2009 e publicado no DJ de 30/11/2009);

*"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. GRANDE APREENSÃO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ORDEM DENEGADA.*

*1. A custódia cautelar está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, circunstância evidenciada pela periculosidade in concreto da paciente, envolvida com tráfico interestadual, presa com grande quantidade de drogas, inexistindo, assim, o constrangimento ilegal.*

*2. As condições pessoais favoráveis da paciente, por si sós, não inviabilizam a decretação da segregação antecipada, quando existem nos autos outros elementos capazes de autorizar a imposição da custódia cautelar.*

*3. Habeas corpus denegado.*

(HC 134.471/BA, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, julgado em 20/10/2009, DJe 16/11/2009)".

É o caso dos autos.

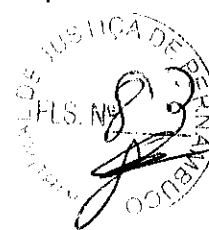
Demais disso, eventual condições subjetivas favoráveis do paciente, não elidem a necessidade da prisão preventiva, quando assente qualquer dos requisitos previstos no art. 312<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Habeas Corpus 97.095/MG, Quinta Turma, Relator

<sup>2</sup> Art. 312 - A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.



172



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Ministro Napoleão Nunes Maia, julgado em 15.10.2009 e publicado no DJ do dia 23.11.2009, cuja ementa é do teor seguinte:

- "(...) 6. As condições subjetivas favoráveis da paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a decretação da prisão provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção. Precedentes do STF e do STJ.*
7. *Parecer do MPF pela denegação da ordem.*
8. *Ordem denegada."*

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem**.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

  
**Desª. Alderita Ramos de Oliveira -- Relatora**